

Federação Brasil da Esperança (FE Brasil)

Programa

A Federação de Partidos nasce como expressão do anseio de grande parcela do nosso povo pela inadiável superação da profunda crise social, econômica e política em que o Brasil se encontra. O imenso sofrimento e a falta de perspectiva da maioria da população é fruto de políticas neoliberais e autoritárias, aprofundadas por um governo que mantém sob ameaça constante a Constituição e o próprio sistema democrático em nosso país.

Os partidos democráticos e progressistas que compõem esta Federação assumem o compromisso de enfrentar em conjunto esta grave crise nacional, colocando como questão central de seu Programa e objetivo político a tarefa da reconstrução e da transformação nacional. Assumem, portanto, um compromisso com a sociedade brasileira em torno da superação do Estado neoliberal e da consolidação de um Estado social assentado nos pilares da democracia, do

desenvolvimento, da sustentabilidade ambiental, da soberania nacional, do combate às desigualdades, da ampliação e da retomada dos direitos da classe trabalhadora e da promoção do conjunto dos direitos da cidadania do povo brasileiro.

Este compromisso enseja a promoção dos direitos individuais e coletivos diante dos retrocessos impostos por um governo de extrema-direita, racista, machista, preconceituoso, negacionista e pregoeiro do ódio e da violência. Trata-se, assim, de um compromisso com o fortalecimento e o equilíbrio dos Poderes, com a restauração plena do Estado Democrático de Direito e com o avanço do Estado social, conforme afirma a Constituição; com a transparência das ações de governo, a defesa do patrimônio público e o combate permanente aos desvios e à corrupção em absoluto respeito ao devido processo legal.

Os partidos que compõem a Federação assumem o encargo de construir um Projeto de desenvolvimento econômico,

produtivo, social e ambiental, com democracia, inclusão e soberania, que dê respostas aos dilemas e desafios da contemporaneidade e que seja capaz de enfrentar as amarras do neoliberalismo contra as instituições, contra a cultura democrática e contra o crescimento econômico.

É tarefa emergencial combater a fome, gerar empregos, aumentar salários e aposentadorias e acabar com a inflação. Isso exige retirar a economia nacional do atoleiro, da estagnação e empreender a reconstrução nacional, com a imediata retomada do crescimento da indústria, da infraestrutura e a geração de postos de trabalho. Reafirmamos nosso compromisso com a reforma agrária, com o apoio à pequena e média propriedade agrícola em sintonia com uma proposta de desenvolvimento rural sustentado, que integre cidadania, segurança alimentar, alimentação saudável e sustentabilidade ambiental.

Isso exige proteger o patrimônio do país, e recompor o Estado nacional e as empresas estatais para que cumpram seu

papel de coordenação e indução do processo de desenvolvimento econômico e progresso social do país, promovendo um modelo de desenvolvimento econômico justo, solidário e sustentável.

É imperativo elevar a taxa de investimentos públicos e privados e reduzir o custo do crédito, a fim de avançar com uma reindustrialização nacional de novo tipo, acoplada com os novos desenvolvimentos da ciência e da tecnologia avançadas. Faz parte desse esforço o desafio de reverter a desnacionalização do nosso parque produtivo e modernizá-lo.

Impõe-se uma nova orientação macroeconômica que mobilize de maneira virtuosa as potencialidades da economia brasileira, em frentes de expansão tais como o mercado interno com potencial de produção e consumo em massa, as capacidades estatais com potencial de gasto social e investimento público, as infraestruturas econômicas e

sociais, os recursos naturais estratégicos e as inovações industriais.

Para isso é fundamental fortalecer os bancos públicos em sua missão de fomento ao desenvolvimento nacional e na oferta de crédito a longo prazo em projetos estruturantes, comprometidos com a sustentabilidade financeira dessas operações, além do fortalecimento do sistema produtivo estatal em sua missão de realizar e induzir o investimento, com particular destaque para a Petrobras e a Eletrobras.

A democracia pela qual lutamos requer uma profunda revisão das políticas implantadas pelas forças autoritárias, retrógradas e neoliberais. Nada é mais irresponsável e antidemocrático, na condução do Estado, do que criar ou manter políticas que impedem, inibem ou retardam a erradicação da fome, a melhoria das condições de vida do povo do campo e da cidade, a segurança alimentar e a redução das desigualdades econômicas, étnico-raciais, de

gênero, regionais, sociais e culturais, que atentam contra a qualidade de vida das pessoas.

É plenamente possível sustentar uma gestão econômica tendo o papel decisivo do Estado com investimentos capazes de gerar um ciclo virtuoso de crescimento econômico, a valorização do trabalho, geração de emprego com dignidade, formal e com direitos, distribuição de renda, sobretudo pela ampliação da massa salarial e institucionalização de uma política de valorização substancial do salário mínimo, visando à recuperação do poder de compra determinado pela Constituição, a formatação e manutenção de políticas universais para a redução de desigualdades.

É preciso recolocar os pobres e a classe trabalhadora no orçamento. Fazer com que os detentores de fortunas paguem os impostos devidos sobre renda e riqueza, investindo de maneira inteligente em programas e projetos com alta capacidade de induzir o crescimento, promover a igualdade e gerar ganhos de produtividade. Para isso, é preciso revogar

o teto de gastos e rever o atual regime fiscal brasileiro, que é disfuncional e perdeu totalmente sua credibilidade.

É preciso resgatar o papel do trabalho como centro do desenvolvimento. Defendemos a revogação da contrarreforma trabalhista feita no governo Temer e a implementação de uma nova reforma trabalhista feita a partir da negociação tripartite, que proteja os trabalhadores, recomponha direitos, fortaleça a negociação coletiva e a representação sindical e dê especial atenção aos trabalhadores informais e de aplicativos. Além disso, também se impõe a necessidade de repensar o modelo previdenciário do país, sua ampliação, cobertura e financiamento.

Não subestimamos as forças do neoconservadorismo e do neoliberalismo. Fortaleceremos a luta social, construiremos um programa de reformas estruturais, fortaleceremos o campo democrático-popular, combinaremos luta institucional com luta social e cultural para derrotar o

autoritarismo, o bolsonarismo e a política econômica neoliberal.

Impõe-se realizar uma transição digital, uma transição energética e uma transição ecológica para uma nova estrutura produtiva de maior densidade tecnológica e de baixo carbono, inovadora e inserida na era digital, para assegurar a proteção ambiental. A Federação considera que o tratamento adequado à questão ambiental representa um importante avanço civilizacional, comprometendo-se com o enfrentamento às emergências climáticas e ao aquecimento global, por meio tanto do diálogo multilateral quanto de mudanças no modelo de desenvolvimento econômico nacional, de caráter predatório, a exemplo do que ocorre na Amazônia. A Federação buscará elevar o Brasil a uma potência ambiental mundial. Para tanto, é preciso defender a soberania nacional, defender a Amazônia e o papel estratégico que ocupa em um projeto de desenvolvimento nacional.

A Federação dos Partidos nasce com o firme compromisso de defesa da ciência e de mobilizar as energias do Estado e da sociedade para enfrentarmos de maneira eficaz a gravíssima crise sanitária advinda com a pandemia de Covid-19. O caminho para isto é o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), de seu caráter público e universal, o aprimoramento da sua gestão, a valorização e formação dos e das profissionais de saúde, bem como a reconstrução e fomento ao Complexo Industrial Nacional da Saúde.

Do mesmo modo, assume o objetivo de resgatar e fortalecer os princípios do projeto democrático de educação que foi desmontado e aviltado, o resgate de um projeto de educação acoplado ao projeto de desenvolvimento nacional, com o fortalecimento da educação pública e universal, de qualidade e amplamente inclusiva.

É central avançar na reconstrução e aperfeiçoamento de um sistema de proteção social, ampliando e garantindo direitos a todos os brasileiros e brasileiras. É estratégica a retomada

da centralidade e do sentido de urgência no enfrentamento da fome e da pobreza, assim como a garantia dos direitos à segurança alimentar e nutricional, à assistência social e à inclusão produtiva rural e urbana, em todos os territórios brasileiros, aliando escala e respeito às diversidades regionais. É fundamental construir um amplo e robusto programa de transferência de renda para reduzir desigualdades no Brasil.

No contexto das transformações científicas e tecnológicas que marcam o mundo, a Federação afirma o compromisso com o papel estratégico da pesquisa científica e tecnológica e com a defesa e promoção do Sistema Nacional de CT&I, articulando e mobilizando o poder público, a comunidade científica e tecnológica, o empresariado nacional e a sociedade civil, para gerar conhecimento, inovação e desenvolvimento. A propriedade intelectual não pode ser uma barreira ao acesso universal, contra os preços extorsivos dos monopólios, que impedem que as tecnologias estejam a serviço da vida e do desenvolvimento. É necessário

internalizar as tecnologias essenciais e, ao mesmo tempo, assegurar a prioridade de sua função de produtoras de direitos.

A democracia pela qual lutamos, real e substantiva, requer uma profunda revisão das políticas implantadas por forças autoritárias, retrógradas e neoliberais no sentido de aperfeiçoar a democracia representativa e promover a democracia participativa. Esse esforço exige elevar a luta de ideias junto à sociedade para enfrentar o negacionismo e uma ideologia de extrema-direita que promove imaginários de caráter fascista. Para tanto é indispensável construir um ambiente de mais diversidade e pluralidade nos meios de comunicação. O Brasil precisa construir uma política nacional para a comunicação, com marcos legais e institucionais que estejam pautados pela defesa da democracia, dos direitos humanos fundamentais e da soberania do país.

Não há democracia efetiva sem uma reforma política e eleitoral que aperfeiçoe a democracia representativa e promova a democracia participativa no país, com a recriação de instrumentos como conferências e conselhos. É preciso realizar reformas do aparelho de Estado e dos órgãos de controle, que assegurem a transparência da máquina administrativa, o combate à corrupção sem desvios políticos e ideológicos e com a abertura dos processos decisórios aos interesses populares.

Além disso, é preciso que se construam marcos legais e institucionais que enfrentem os grandes monopólios das plataformas digitais, privadas e internacionais, que têm sido utilizadas pelos setores mais retrógrados para promover o negacionismo, a desinformação e o ódio, interferindo em processos políticos democráticos no Brasil e no mundo. É preciso assegurar uma internet de qualidade em todo o território nacional e a toda a população e que lhe seja assegurado o efetivo direito à informação.

Promover o desenvolvimento da cultura nacional é chave para emancipar as consciências e ampliar a formação mais completa do povo brasileiro. A valorização da rica diversidade cultural brasileira é um aspecto central deste projeto de país, pois a cultura é um direito básico da cidadania e possui uma importante dimensão no desenvolvimento econômico, fonte de renda e geração de empregos para milhões de brasileiros, assim como na formação das subjetividades, emoções, símbolos, estéticas. A cultura em geral, o patrimônio histórico, e as diversas expressões das artes, devem expressar a democratização e enriquecimento da vida cotidiana para a grande maioria social. Para tanto, o Estado deve fomentar políticas estruturantes estratégicas para o setor.

Nesse processo a juventude é sujeito de direito e demanda políticas transversais. A juventude quer viver, estudar, trabalhar e se desenvolver. Para isso é preciso um projeto de país que viabilize novas e mais oportunidades.

A Federação de Partidos nasce com o compromisso de reinserir o Brasil na comunidade das nações, de maneira soberana. O Brasil pode e deve aproveitar as oportunidades fornecidas pelo contexto internacional de crescente multipolarização para alavancar seu projeto nacional, impulsionar a iniciativa do BRICS, retomar imediatamente a participação na CELAC e UNASUL e fortalecer o Mercosul para construir a integração latino-americana. Esse é o modo de o país participar ativamente dos processos de diálogo em torno do desenvolvimento dos povos, do equilíbrio nas relações políticas e comerciais, incluindo as transações financeiras globais, no combate à fome e à pobreza, na construção de um mundo de paz e democracia. O contexto de um mundo instável e de conflitos geopolíticos cada vez mais intensos, implica ainda políticas para assegurar os meios e recursos para preservar e defender a soberania do Brasil. Reafirmamos o nosso compromisso com a paz, a democracia, a soberania e a autodeterminação dos povos.

A Federação de Partidos nasce com a determinação de combater o racismo estrutural, causa da grande desigualdade e da violência contra a população negra; enfrentar a opressão e a violência contra as mulheres, promovendo seus direitos e a igualdade; promover a proteção dos direitos e das terras das populações indígenas e dos quilombolas, hoje tão ameaçados; defender e respeitar a diversidade, reconhecendo os direitos da comunidade LGBTQI+; lutar pelos direitos das crianças, de adolescentes, jovens e idosos e por políticas de acessibilidade para as pessoas com deficiência; garantir a segurança pública aos cidadãos e cidadãs, sobretudo ao povo das comunidades periféricas das grandes cidades.

A Federação dos Partidos nasce com a responsabilidade de eleger um governo e uma forte representação no Congresso Nacional comprometidos com um programa de reconstrução e transformação nacional e com as medidas de emergência que a população exige para o enfrentamento imediato da fome, da pobreza, da carestia, do desemprego, das doenças e da falta de moradias.

Em torno destes princípios e compromissos programáticos que descortinam o horizonte e as saídas para a crise que nosso país vive, a Federação de Partidos iniciará imediatamente um grande debate com as forças democráticas do país e com os movimentos sociais, os sindicatos, organizações da sociedade civil, de trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, empresários e empresárias, para construir nosso Programa de Ação Política.

A Federação de Partidos nasce quando celebramos duzentos anos de independência e de lutas sociais pela soberania nacional, com a responsabilidade de construir, na expressão democrática das urnas e na mobilização do povo, a legitimidade para alcançar uma vida melhor aos brasileiros e brasileiras, promovendo as mudanças que o país precisa.